

# Perspectivas e debate sobre os movimentos sociais na América Latina

*Carlos A. Gadea\**

Têm sido o autoritarismo político, a contracultura e os diferentes atores políticos organizados ao final dos anos 60, e durante os anos 70 e 80, quem oferece material teórico e empírico necessários para a visibilidade de uma sociologia sobre os movimentos sociais na América Latina. Em linhas gerais, esta sociologia se apresenta a partir de três inquietações e critérios analíticos, atentos à proliferação de novos conflitos sociais, cenários, atores, formas de organização e demandas. Inicialmente, os movimentos sociais parecem definir-se como “contestação” ao sistema simbólico de justificações utilizado pela dinâmica político-institucional moderna para legitimar sua existência, originando, assim, formas politicamente organizadas de oposição. Faz-se referência a um contexto social que opõe, por exemplo, durante os anos 70, democratização política a dinâmica autoritária de certas formas de governo. Os movimentos sociais se apresentavam como eminentemente políticos, focalizando suas inquietações em torno da figura do Estado e de atores políticos tradicionais: sindicatos, movimentos populares e de massa, setores sociais pertencentes a estruturas partidárias.

Das experiências da luta contra o autoritarismo, surge uma preocupação mais relacionada com a “ampliação da cidadania”, a modernização econômica e a reestruturação do Estado. A noção de sociedade civil é revisitada, e novas configurações estratégi-

---

\* Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Substituto do Departamento de Sociologia e Ciência Política. Membro do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais. E-mail: gadea@cfh.ufsc.br.

cas e identitárias, como as denominadas organizações não-governamentais, se transformam em objetos de análise privilegiados por muitos. Diante da diversidade de conflitos e atores, a análise dos movimentos sociais adquiriu alento e sustentação não tanto no terreno político institucional concreto, mas sim no espaço anti-sistêmico do mundo da vida. Com a introdução da noção de esfera pública, percebe-se uma tentativa de ampliar a dimensão do político, ampliar o cenário eventualmente propício para a atuação dos movimentos sociais. A influência da teoria crítica, em especial dos trabalhos de Jürgen Habermas, foi visivelmente constatada.

Uma terceira preocupação analítica se apresenta quando, na Sociologia em geral, ingressa o debate sobre a globalização, com a intenção de compreender as implicações políticas e culturais que estava trazendo este processo histórico-social na América Latina. Com os debates sobre a globalização, as análises sobre os movimentos sociais parecem redefinir-se em termos da localização de quem eram ou seriam os atores mais visíveis e emergentes. Questões de gênero, conjuntamente com as questões étnicas, entre outras, situavam no centro das atenções os estudos sobre a identidade dos movimentos sociais. Assim mesmo, as análises das estratégias de ação e mobilização a partir da noção de “rede” nutriram de renovadas premissas de compreensão a dinâmica de mobilizações no novo contexto da globalização.

Atores e cenários não parecem ser, atualmente, tão diferentes quanto os destas etapas analíticas rapidamente mencionadas. Parecem justapor-se às problemáticas, sedimentar-se àqueles atores e demandas que têm dado conteúdo e sentido aos movimentos sociais. As reivindicações por emprego e melhores condições de vida material não desapareceram, assim como aquelas demandas pelo respeito à diferença cultural e uma determinada identidade social não têm sumido da voragem e da complexidade atual. Ao contrário, têm se revalorizado. O que, sim, parece cada dia mais perceptível é a possibilidade de os movimentos sociais se manifestarem através de formas “pré-políticas” de resistência, ou através de formas reativas de comportamento, de lógicas pragmáticas de ação. Embora seja importante destacar a ênfase na relação entre sociedade civil e Estado por boa parte das

análises sobre os movimentos sociais nos anos 90, deve-se considerar que é própria de um esforço por compreender a aposta e o eventual êxito de muitos atores da chamada sociedade civil em criar e ocupar espaços institucionais. Isto, sem dúvida, trouxe dimensões políticas e de participação muito interessantes, na medida em que, eventualmente, estes atores participaram minimamente de certos consensos institucionais e premissas de ação a priori inseridas no (e fazendo parte do) jogo político legitimado. Para muitos outros movimentos sociais, simbolicamente constituídos de forma diferente (por exemplo, o movimento neozapatista do México), as chances têm sido radicalmente diferentes. Quando a crítica e a definição da ação concreta transgridem as limitações do jogo político legitimado, os movimentos sociais não unicamente não acham canais políticos de expressão, mas parecem desafiar a própria legitimidade e fundamentação simbólica desses. Desta maneira, as formas “pré-políticas” de ação referem-se à possibilidade de não se definir como simples agentes políticos ou atores da arena política, mas sim, como formas de sociabilidade que ainda demonstram a multiplicidade de elementos discursivos que podem atuar em estratégias e ocasiões diferentes sem consentirem a dinâmica e os marcos de ação toleráveis no jogo político predeterminado. Pense-se, por outro lado, que nem sempre a “alta institucionalização” política na América Latina (como no caso do Uruguai) representou um avanço nos modelos sociais integradores e democratizadores, mas sim uma espécie de afirmação de um “consenso” que limitou, perversamente, potenciais emergentes de atores que pretendiam transformar códigos normativos específicos.

Nas análises dos movimentos sociais atuais, parece insistir-se em modelos que reiteraram a nomenclatura, as problemáticas e estratégias de análises próprias de contextos sociopolíticos posteriores às aventuras políticas autoritárias, modelos vinculados à transição democrática dos anos 80. Não existem dúvidas acerca de que nossas sociedades ainda acusam carências significativas de democratização política e social, mas afirmar apenas que os movimentos sociais lutam atualmente por “democratizar a sociedade”, por contrapor-se ao poder do Estado, ou por acusar um modelo econômico injusto, é não conseguir avançar no sentido e

significado sócio-histórico que apresentam na atualidade. Não se pode negligenciar, por exemplo, a trajetória teórica empreendida pelo pós-estruturalismo, assim como o caudal analítico referente à interação social e os múltiplos jogos de subjetivação e construção da realidade social.

Por ocasião do Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, organizado pelo Núcleo de Pesquisa em Movimento Sociais, uma geração de pesquisadores trouxe as suas inquietações com relação às formas como podem ser pensados atualmente os movimentos sociais no Brasil e na América Latina. Tarefa complexa, e que demonstrou certo revigoramento, quando o mais destacável foi a tentativa de repensar a categoria analítica ou a noção de movimento social em praticamente todos os trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho I: “Movimentos Sociais: novos olhares, perspectivas e desafios”. As perspectivas aqui mencionadas foram sendo suscitadas tal qual um gesto por visitar um objeto sociológico que parece, aparentemente, reclamar novas formas de abordagem, novas plataformas teóricas, maneiras diferentes de interpretação e, fundamentalmente, formas contemporâneas de definição. No entanto, em várias situações, o caudal explicativo pareceu estancar-se em formas clássicas de uma sociologia dos movimentos sociais que contempla sua dinâmica em correlato às esferas do poder político e o institucional, ao esquema estruturalista das lutas de supostos poderes contra-hegemônicos. A projeção do político e a formação e atuação dos movimentos sociais estiveram presentes em vários trabalhos, acrescentando-se uma interessante preocupação por vincular a noção de cidadania, seus fundamentos e conotações econômicas e políticas, com os movimentos sociais atualmente visíveis.

Uma tarefa interessante foi a de transitar pela diversa produção acadêmica sobre os movimentos sociais, compreender a partir de que premissas teóricas e metodológicas se constituíram as explicações e as análises sobre eles no Brasil. Assim mesmo, não ficaram ausentes os temas relacionados à identidade e à ação de determinados sujeitos coletivos no contexto da globalização. Questões étnicas, sobre o meio ambiente e de gênero estiveram presentes, procurando por meio delas dar explicações sobre a

dinâmica sociocultural constituinte de subjetividades coletivas, e direitos à diversidade e à diferença cultural. Por outro lado, a análise das ONGs e das “redes sociais” pareceu tomar fôlego, contribuindo, de forma interessante, para uma discussão que possibilitaria perspectivas teóricas mais amplas para compreender os movimentos sociais atuais.

Embora as problemáticas apresentadas no Seminário sejam diversas e demonstradoras de uma tentativa por aportar perspectivas novas ao debate, no geral podem se inscrever na previsível linha das análises sobre os movimentos sociais. A formação acadêmica assim parece demandar uma espécie de exercício circular em que nos conecta com a rica produção analítica de quem tem investigado durante muito tempo o tema e, em definitivo, marca certas pautas sobre o caminho a seguir na Sociologia sobre os movimentos sociais. Herdeiros inevitáveis de uma forte tradição sobre o tema, pesquisadores que atualmente se aventuram a pensá-lo transitam em uma linha algo tensa entre dar continuidade à dita tradição e, ao mesmo tempo, ensaiar e arriscar conteúdos hermenêuticos presumivelmente mais contemporâneos para explicar fenômenos cada dia mais complexos.

Se a tendência parece ser pensar os movimentos sociais, não unicamente se deve “deixar falar” os atores que o constituem, ou delinear suas pautas organizacionais, reduto potencial onde se pretendem descobrir práticas sociais democráticas. Torna-se fundamental, segundo creio, realizar uma espécie de “fenomenologia dos movimentos sociais”, quer dizer, “compreendê-los” relativizando pressuposições analíticas e teóricas. A partir deste ponto de vista, trata-se de um recurso de desconstrução, já que permite desfazer as sedimentações especulativas. Esta “fenomenologia” convida a prestar atenção nas atitudes e nas intencionalidades axiológicas práticas e estéticas dos movimentos sociais atuais, para assim compreender de que forma se têm constituído, que processos de subjetivação têm experimentado, a partir de que construção social da realidade se apresentam (e daí o conteúdo discursivo), e que projetos formam parte das suas realidades práticas.

Talvez, na preocupação mencionada, os vínculos com uma perspectiva de estudos sobre o “collective behaviour” podem ser

parcialmente percebidos. Da mesma maneira, com as linhas de pensamento do “interacionismo simbólico”, surge um enfoque que conta com um conjunto de elementos básicos para uma teoria não determinista dos movimentos sociais. Na tradição que vai desde o marxismo clássico à teoria do sistema mundial, a “liberdade dos atores” parecia submetida ao determinismo da alienação econômica. Os movimentos sociais apareceram, então, como simples reflexo de um sistema de dominação que podia determinar a política e a cultura. O “interacionismo” veio para enfrentar diretamente toda determinação da ação, apoiando-se na tradição pragmática (James) e empirista. Neste sentido, também parece nos aportar uma dimensão crítica à própria maneira de como analisar os movimentos sociais, já que permite estabelecer ferramentas para observar uma panorâmica comunicativa da sociedade global atual. O global já não só se apresenta como um efeito da lógica do modo de produção capitalista. Nasce, atualmente, de uma complexa rede na qual processos econômicos, políticos e culturais resultam observáveis como processos sociais dinâmicos e interativos, e cuja extensão espacial é variável.

Sem perder de vista as implicações políticas que transportam os movimentos sociais com sua expressividade, resulta interessante analisar a criação de novas regras, os processos de regulação, assim como os espontâneos processos de inovação no comportamento dos movimentos sociais. Um mundo da vida se faz visível, e novas regras emergirão com a própria dinâmica do movimento social.

Os movimentos sociais são comunidades de valores com alta densidade de interação entre seus integrantes. Refletem redes socioespaciais latentes e capazes de precipitar-se em situações definidas como favoráveis. São, assim, “modelos de sociabilidade”. Observar a estrutura dessa sociabilidade, de que maneira acontece, como se transforma, que sistema simbólico “contesta”, que projetos estão implícitos, que regras de convivência supostamente alternativas oferecem, que discurso lhe é próprio e a partir de que construção da realidade social se manifesta, resulta numa tentativa de continuar a ser explorada, para compreender o sentido e o significado dos atuais movimentos sociais.